



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 16 | Nº. 30 | Jan./Jun. de 2024

Carlos Eduardo da Silveira Mazia

Universidade Estadual de Londrina / UEL.

carlosmazia@outlook.com

ÀS ÁREAS VERDES COMO UMA MANIFESTAÇÃO HISTÓRICA DA SOCIONATUREZA: UMA ANÁLISE DE CASO.

RESUMO

A presente reflexão pretende apresentar como as áreas verdes podem ser concebidas como manifestações da socionatureza local, visto que fazem parte da estrutura das cidades e possibilitam certas formas de interação da população com o meio ambiente. Ainda assim, salientamos a possibilidade de compreender a análise dessas áreas como uma linha de investigação para a História Ambiental Urbana.

Palavras-chave: Áreas Verdes; História Ambiental Urbana; Socionatureza.

ABSTRACT

This reflection aims to present how the green areas of cities can be conceived as manifestations of the local socio-nature, since they are part of the structure of cities and enable certain forms of interaction of the population with their local environment. Even so, we emphasize the possibility of understanding the analysis of these areas as a line of investigation for Urban Environmental History.

Keywords: Green Áreas; Urban Environmental History; Socio-nature.

Introdução

A História Ambiental Urbana desponta como um campo de estudos propício à realização de análises acerca das interações ocorridas entre as sociedades e seu meio ambiente local ao longo dos anos. De acordo com Dieter Schott (2004), trata-se de um campo de estudos politicamente atuante na medida que as análises podem balizar as discussões sobre novas políticas ambientais e o gerenciamento atual das medidas já existentes. Essa linha de investigação tem início na década de 1990 nos Estados Unidos e na Europa, no momento em que pesquisadores como Martin Melosi passaram a questionar a supressão de estudos sobre a cidade pela História Ambiental delimitada por Donald Worster.

Segundo Schott (2004), a crítica e a intervenção de Melosi teriam tido como base as perspectivas de outros historiadores de renome como Joel Tarr, Christine Meisner Rosen, Jeffrey Stine e Samuel Hays, que também questionavam a redução da história ambiental para estudos apenas de “espaços naturais”. O historiador Frank Carmargo (2016), assim como Schott, salienta a interdisciplinaridade desse campo de estudos, no qual os historiadores devem dialogar em seus trabalhos como geógrafos, sociólogos, urbanistas, biólogos, engenheiros, na tentativa de reconstruir os processos de interação ocorridos com o meio ambiente urbano.

Desse modo, nos primeiros estudos do campo se destacaram algumas linhas de investigações, como: a análise da infraestrutura urbana com a formação das redes de eletricidade e saneamento básico; a saúde, pensando o impacto das áreas ambientais de risco a população, proliferação de mosquitos e outras doenças; a representação da natureza urbana; e as legislações ambientais. A historiadora Lise Sedrez (2013) enfatiza que as cidades se constituem como um espaço de transformação de recursos e de disputas pelas formas de acesso ao meio ambiente. Nesse sentido, ressalta a necessidade de se compreender o papel do Estado e das políticas ambientais urbanas, refletindo como essa natureza é negociada e disputada entre o uso privado e o uso público na vida cotidiana.

À vista disso, a presente reflexão se propõe a pensar sobre qual é o papel desempenhado pelas áreas verdes na constituição de uma pequena cidade do interior do estado de São Paulo, e como esses espaços mediam as interações entre o meio rural e urbano no cotidiano da cidade. Para isso, tomaremos como

objeto de investigação a formação do município de Paraguaçu Paulista. Ressalta-se que conceberemos a formação dessa natureza urbana e da própria cidade mediados pelo conceito de socrionatureza do geógrafo Erik Swyngedouw (2009).

Para o referido autor, muitas das interpretações sobre a relação das cidades com o meio ambiente caem na dicotomia natural e social, como se as duas formas se antagonizassem. Dessa forma, essas interpretações interfeririam diretamente na compreensão dos fenômenos sociais e naturais ao categorizá-los rigorosamente, reduzindo a percepção da influência existente entre ambas. À vista disso, Swyngedouw (2009) propõe o conceito de socrionatureza, a qual pode ser compreendida como a manifestação dos resultados de interação e combinação de um processo histórico que incorpora elementos sociais, econômicos, químicos, físicos, políticos e culturais. Ou seja, seria uma produção mediada por bases materiais, assim como, por múltiplas representações simbólicas e discursivas da natureza. As quais, mesmo se relacionando de maneira contraditória, seriam inseparáveis. Na passagem abaixo o autor evidencia como as cidades podem ser analisadas por essa concepção:

[...] a cidade e o processo urbano são uma rede de processos entrelaçados a um só tempo humanos e naturais, reais e ficcionais, mecânicos e orgânicos. Não há nada “puramente” social ou natural na cidade, e ainda menos antissocial ou antinatural; a cidade é, ao mesmo tempo, natural e social, real e fictícia. Na cidade, sociedade e natureza, representação e ser são inseparáveis, mutuamente integrados, infinitamente ligados e simultâneos; essa “coisa” híbrida socrionatural chamada “cidade” é cheia de contradições, tensões e conflitos. (SWYINGEDOUW, 2009, p. 100)

Assim sendo, concordamos com a percepção da cidade como uma construção híbrida socrionatural. Complementar a esse conceito, pensaremos essas manifestações, orientados pelo conceito de “áreas verdes” advindo do campo de Arquitetura e Urbanismo. Visto que esses espaços, de acordo Loboda e Angelis (2005) são partes estruturantes da formação das cidades, e atualmente possuiriam dois papéis centrais: o primeiro seria um papel de “ícone” contra a degradação do meio ambiente, possibilitando discussões dos poucos espaços reservados as essas áreas nos centros urbanos e o seu papel na conservação do meio ambiente; e o segundo seria o papel no estabelecimento do bem-estar

da população, visto que possibilitaria a execução de atividades que influenciam diretamente a saúde física e mental dos moradores.

As áreas verdes urbanas são de extrema importância para a qualidade da vida urbana. Elas agem simultaneamente sobre o lado físico e mental do Homem, absorvendo ruídos, atenuando o calor do sol; no plano psicológico, atenua o sentimento de opressão do Homem com relação às grandes edificações; constitui-se em eficaz filtro das partículas sólidas em suspensão no ar, contribui para a formação e o aprimoramento do senso estético, entre tantos outros benefícios. (LOBODA; ANGELIS, 2015, p. 134)

Por meio desse trecho, é possível notar que a constituição dessas áreas nos centros urbanos atua diretamente entre a esfera social e ambiental. Possibilitando tanto a regulação do comportamento das pessoas, melhorando a saúde e bem-estar, assim como equilibrando as condições ambientais da cidade. Assim sendo, ressaltamos a possibilidade de compreender as áreas verdes, como uma manifestação direta da sacionatureza urbana, que se analisadas historicamente revelam formas de apropriações desses espaços e do meio ambiente local por determinada sociedade. Capilé (2018) ressalta que a utilização do conceito de sacionatureza como uma ferramenta epistemológica possibilita uma análise conjunta das ideias, instituições, iniciativas políticas ao lado da materialidade dos ventos, rios, doenças, corpos humanos e não-humanos.

Dessa forma, o artigo foi pensado em dois momentos distintos: num primeiro momento, iremos averiguar o planejamento das áreas verdes e como esses espaços possuem diversos significados: econômicos, sociais e políticos. Já no segundo momento, pensaremos uma análise de caso, a partir da formação da cidade de Paraguaçu Paulista, e como essa formação condicionou as áreas verdes do município a serem “refúgios” de uma interação com o meio ambiente local quase inteiramente desgastado pela exploração agrícola.

As Áreas verdes como uma manifestação da sacionatureza urbana

A áreas verdes, de acordo com Loboda e Angelis (2005) podem ser consideradas como um desdobramento das técnicas de jardinagem que remontam ao antigo Egito em que se buscava exercer o controle da temperatura

das residências e da China que atribui aos jardins significados religiosos, conferindo aos elementos diversos simbolismos. Essas práticas se desenvolvem e são transmitidas para outras regiões e sociedades como: Grécia, Roma, Japão. No entanto, não é nossa intenção aqui delinear todo o trajeto da constituição das áreas verdes. Contudo, esse breve recorte evidencia como diversas sociedades constituíam formas de interação com a natureza que remontam à construção de uma socrionatureza, como os jardins.

Para a nossa investigação, salienta-se que as semelhanças mais próximas das definições atuais desses espaços considerados como áreas verdes teriam início com os jardins franceses do período do Renascimento, dado que os mesmos eram pensados em grande escala, sendo também abertos à população. Consonante a esse processo, é atribuída aos ingleses as primeiras idealizações e criação de parques públicos, tal como conhecemos hoje. Como o ideal de “Cidade Jardim” que segundo o historiador Keith Thomas (2010), teria sido formulado inicialmente por John Evelyn no ano de 1661. Contudo, seria sistematizado posteriormente no século XIX pelo urbanista inglês Ebenezer Howard. De acordo com Regina H. Duarte, por meio da concepção, o urbanista: “Desejava-se possibilitar uma organicidade maior das funções necessárias às aglomerações humanas, ajuntando valores urbanos e rurais, destacando especialmente a presença do meio natural na própria cidade.” (2007, p. 27).

Essa idealização do espaço citadino pensado com Howard nos oferece uma leitura interessante, ao enfatizar que a natureza não seria uma oposição à cidade, mas que deveria fazer parte dela, e mais, deveria ser parte do planejamento da mesma, incorporada desde o início. Logo, sublinha-se que essa presença da natureza no planejamento urbano insere-a na disputa de poderes inerente ao mesmo. Podemos verificar essa disputa na própria materialidade das cidades, visto que os espaços verdes urbanos, em muitos casos, são símbolos de *status* presentes nos bairros nobres de diversos centros.

Atribuir a natureza ou seus elementos como um símbolo de *status* social não é algo novo em nossa sociedade, como nos lembra Thomas (2010). Essa ideia pode ser averiguada já com os aristocratas ingleses, que tinham no cultivo de certos espécimes de árvores como um indicador do seu modo de vida. Atualmente, é possível verificar que esses espaços estão ligados à especulação imobiliária de determinadas áreas e a exclusão de outras. Como demonstram as

autoras Clarinda Sila e Maria Almeida (2012) em uma análise sobre as representações existentes acerca dos parques públicos de Goiânia, cidade que já foi considerada como a capital verde do Brasil, dada a quantidade de árvores por metro quadrado. Sila e Almeida enfatizam que, em muitos casos, os parques podem ser usados como uma: “estratégia de atuação dos poderes públicos e privados para a valorização do solo urbano. A implantação desses espaços, a infraestrutura neles implementada e os cuidados com eles são maiores em regiões que se destacam no olhar do setor imobiliário.” [...] (2012, p. 277).

Nessa perspectiva, Swyngedouw e Haynean (2003) ressaltam a impossibilidade de se pensar as questões ambientais da cidade dissociadas das disputas de poder entre aqueles atores que buscam construir seus espaços. Logo, uma manifestação da sacionatureza como uma praça pode possuir significados extremantes diferentes em bairros distintos, dependendo de sua infraestrutura e de sua gestão pela administração pública. De espaços de convivência e lazer, a locais destinados ao descarte de resíduos e concentração de doenças.

Essa gestão pela administração pública perpassa diretamente aqueles dois papéis centrais anteriormente delineados que as áreas verdes possuem. Dessa forma, podemos compreender as legislações que regulam o acesso ou as formas de exploração de determinados espaços do meio ambiente urbano como parte do metabolismo que constitui a sacionatureza. Visto que é uma expressão discursiva daqueles que estão na disputa de poder político. Para além dessas características, Duarte (2007) enfatiza o papel que as árvores, e acrescentamos as áreas verdes, possuem na formação da identidade local. No qual, muitas vezes, esses espaços são constituídos também por questões afetivas para o coletivo.

No entanto, ao pensar em áreas verdes, é necessário considerar a quantidade e diferença de locais que podem se encaixar nessa categoria de análise, muitos autores que trabalham com a temática salientam uma dificuldade de padronização no conceito de áreas verdes, visto que os espaços que se enquadram no mesmo possuem características diversas. Essa diferenciação, de acordo com Felipe Rubira (2016), perpassa as funções atribuídas a esses locais como: lazer, a estética, papel ecológico. Até mesmo a sua espacialidade, dentro ou fora do perímetro urbano, ou ser uma área de acesso público, ou privado,

como esclarecem Loboda e Angelis (2005). Salientamos que essas funções são historicamente construídas, isso quer dizer que podem se alterar ao longo do tempo. E que também são pensadas por certos legisladores que atribuem essas funções.

Por meio do levantamento realizado por Loboda e Angelis (2005), ressaltamos a seguinte definição em que os espaços são diferenciados quanto ao seu uso ser público ou privado, e sobre a localização ser dentro ou fora do perímetro urbano, como exemplificado:

- Espaços verdes urbanos privados e semi-públicos: Jardins residenciais; Hortos Urbanos; Verde semi-público.
- Espaços verdes urbanos públicos: Praças; Parques Urbanos; Verde balneário e esportivo; Jardim botânico; Jardim zoológico; Mostra (ou feira de jardins; cemitério; Faixa de ligação entre áreas verdes; Arborização urbana).
- Espaços verdes sub-urbanos: Cinturões verdes. (DI FIDIO 1990, apud, LOBODA; ANGELIS, 2005, p. 133)

A delimitação apresentada por Di Fidio e esclarecida pelos autores, demonstra a complexidade existente nesse tipo de manifestação da socrionatureza de uma cidade. No caso de nosso trabalho, tomemos como exemplo os “espaços verdes urbanos públicos” que se referem a diversas áreas verdes identificáveis em pequenas cidades como Paraguaçu. No qual muitas praças representam locais de convivência para muitos de seus habitantes e também asseguram a existência da vegetação nativa do município ou de espécimes introduzidos para fins paisagísticos.

Outro espaço emblemático de interação da socrionatureza local são os balneários, visto que permitem a interação da população não só com flora local, mas também com os rios modificados pelas barragens a fim de constituírem espaços destinados ao lazer, ou até mesmo com a hidrografia subterrânea explorada por meio de fontes termais. Como evidenciado, essas apropriações, são respaldadas pelas legislações municipais, estaduais ou federais. Podendo ser exemplificado pelo artigo 25 do código de arborização do município de Paraguaçu Paulista:

Art. 25 - Considera-se área verde ou arborizada as de propriedade pública ou particular, delimitada pela prefeitura com o objetivo de implantar ou preservar a arborização e ajardinamento, visando assegurar condições ambientais e paisagísticas, podendo ser

parcialmente utilizada para a implantação de equipamentos sociais ou de lazer. (PARAGUAÇU PAULISTA, 1997, p. 7)

A legislação municipal, consonante com a discussão anterior sobre o papel das áreas verdes, delimita que esses espaços devam assegurar as condições ambientais locais, podendo sustentar equipamentos sociais e de lazer. No caso do município em questão, destacam-se aparelhos de academia ao ar livre e *playgrounds*. Ainda assim, esses espaços se destacam na paisagem local, devido à sua não apropriação como uma área de exploração agrícola. Por fim, as pesquisadoras Valéria Lima e Margarete Amorim (2006) ressaltam mais uma característica importante desses espaços como um indicador da qualidade ambiental das cidades.

Um exemplo em nosso caso de estudo é a participação de Paraguaçu Paulista no Programa Município Verde-Azul (PMVA) do estado de São Paulo, que tem o objetivo de apoiar e medir a eficiência das gestões ambientais. O programa é lançado no ano de 2007 pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, atual Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL), e passa a ter início em 2008. Segundo consta no portal oficial do programa, o principal objetivo do PMVA é estimular e auxiliar as prefeituras paulistas na elaboração e execução de políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo, de acordo com Diretivas da Agenda 21.

No mesmo, muitos aspectos pertencentes às áreas verdes são considerados como indicadores de avaliação, mesmo que o termo em si não seja utilizado. Paraguaçu Paulista, no período de 2008 a 2020 recebeu cinco certificados concedidos aos municípios que atingem a nota superior a oitenta pontos nos requisitos pré-definidos. O certificado, por sua vez, é um reconhecimento à boa gestão ambiental do município e garante preferência na captação de recursos junto à SEMIL. No ranking geral entre as cidades participantes, ocupa a septuagésima primeira colocação¹ dentre os 645 municípios avaliados.

¹ Os dados de classificação dos municípios paulistas estão disponíveis no seguinte endereço: SÃO PAULO. **Programa Município Verde-Azul**: Ranking Geral - Somatória das notas dos municípios paulistas no PMVA. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/municipioverdeazul/sites/244/2021/09/historico-notas-2008-2020.pdf>. Acesso em 23 de janeiro de 2024.

Análise de caso: A constituição das áreas verdes de Paraguaçu Paulista

Nesse momento, pensaremos como a ocupação e formação agrícola do meio ambiente local de Paraguaçu Paulista atribuiu às áreas verdes do município o seu papel de preservação de fragmentos de vegetação nativa. Para isso, realizaremos uma breve narrativa sobre a formação do município. A qual está estritamente ligada à expansão dos cafezais e da rede ferroviária para a região Oeste do estado de São Paulo no início do século XX.

A vila que posteriormente daria origem à cidade é construída ao redor da estação Paraguassu, que pertencia à Estrada de Ferro Sorocabana no ano de 1916, localizada a aproximadamente oito quilômetros do município de Conceição de Monte Alegre. Conhecido como Moita Bonita, o vilarejo é transformado em município no ano de 1924, sendo formalmente estabelecido no dia 12 de março de 1925, no qual o novo município assume o nome de sua estação e passa a ser reconhecido como Paraguassu.

Como visto, a estrada de ferro para o interior paulista foi impulsionada pelas plantações de café. As autoras Moreli e Moreira (2019), destacam que, no ano de 1905, a região teria sido visitada e averiguada pela “Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo”, a qual era patrocinada pela elite cafeeira paulista. Essa comissão teria sido encarregada de realizar um levantamento sobre os recursos naturais da região, assim como por cartografar a área.

Ou seja, uma das primeiras formas de interação do município com seu meio ambiente local era mediada pelas plantações de café. Na década de 1920, a cidade se expandiria lentamente, porém, sua população rural aumentaria consideravelmente, visto a formação de duas colônias de imigrantes, a colônia japonesa da Bunka e a colônia de imigrantes italianos do Campinho. O autor Armando Garms (1977) indica que, no início da década de 1930, a população de Paraguassu era de 9.055 habitantes, sendo que 6.537 moravam nas áreas rurais e 2.518 habitantes moravam na área urbana. Esses dados esclarecem que a interação predominante com o meio ambiente nos primeiros anos de formação era concentrada nas áreas rurais. As quais passam a produzir não apenas o café, mas também o algodão a partir dessa década.

A produção algodoeira seria responsável por influenciar diretamente a instalação das primeiras fábricas de beneficiamento na cidade e uma primeira

expansão da malha urbana na década de 1940. Sobre esse início de constituição do município, destaca-se o seguinte fragmento do cronista Osório Lemaire de Moraes, narrando seu primeiro contato após descer da estação Paraguassu no dia 7 de março de 1941:

Após um pequeno período de repouso, em um dos quartos, almoçamos e a seguir subimos pela Avenida Paraguassu, até a praça 9 de Julho, que era uma verdadeira floresta povoada por enormes árvores, tendo no centro os alicerces da matriz e, ao lado, com o fundo voltado para a Avenida, erguia-se a pequenina Igreja de madeira. (MORAIS, 2005, p. 19)

A “verdadeira floresta” do pequeno núcleo urbano que se expandia na década de 1940 demonstra que nesse período a vegetação constituía uma presença marcante para os moradores da zona urbana, e que as praças na construção dessa socionatureza local já se caracterizavam como um local de conservação do meio ambiente local. No ano de 1944, o município alteraria o seu nome para Araguaçu atendendo a uma medida estabelecida por Getúlio Vargas que proibia a existência de cidades homônimas, ou seja, com o mesmo nome.

No mesmo ano, seria instalada a Estação Experimental João José Galhardo no município. Esse espaço, segundo consta no portal oficial da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do estado de São Paulo, seria uma estação de zootecnia e horto florestal. Na década de 1960, com uma expansão da área, seriam iniciadas plantações de árvores do gênero *Pinus*. A instalação dessa zona experimental de pesquisas indica a forte presença e importância da produção agropecuária para o município.

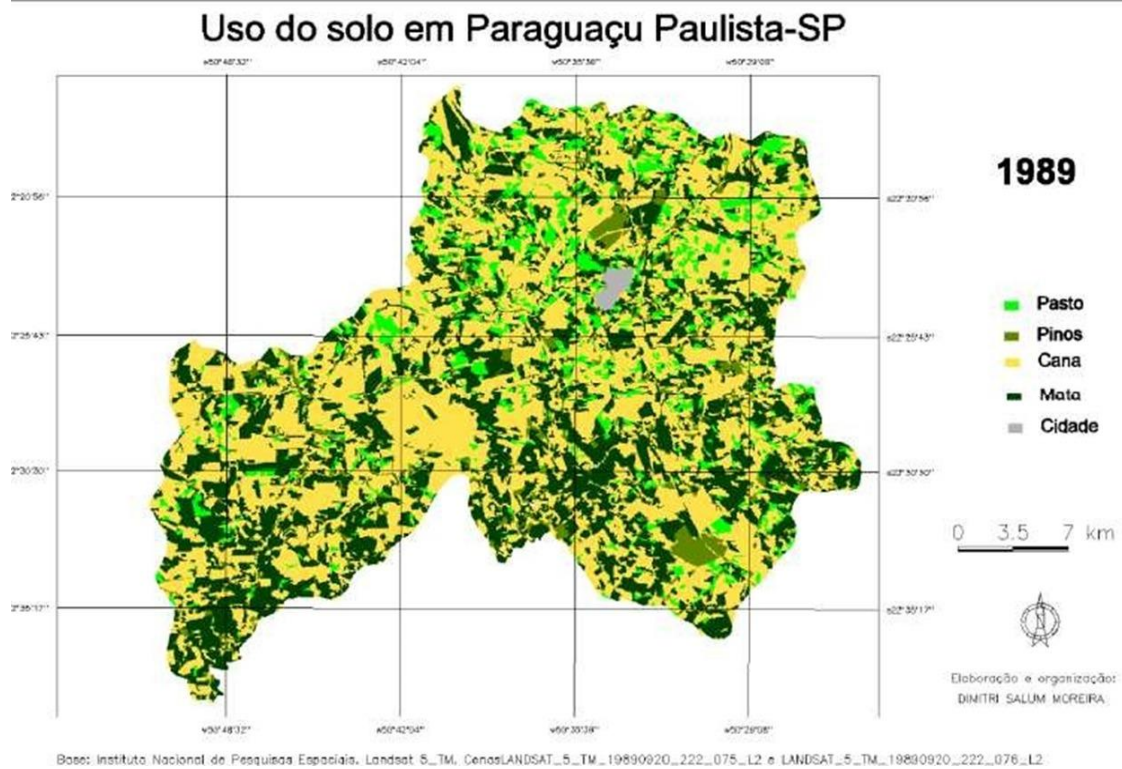
Em 1948, a cidade alteraria seu nome novamente e passaria a ser conhecida como Paraguaçu Paulista. Uma segunda alteração significativa da malha urbana ocorreria na década de 1960, na qual uma boa parcela da população rural, que se concentrava nas grandes fazendas produtoras da região, passa a residir na área urbana. Segundo afirma Garms (1977), esse movimento teria ocorrido devido a um aumento e abertura de pastagens para a criação de gado.

Nessa década, seriam construídos importantes espaços de socialização para a população: no ano de 1963 é inaugurado o Balneário Municipal, que

represava às águas dos Ribeirões: Água das Mortes, Cachoeira e Alegre. Em 1964, seria inaugurado o Jardim das Cerejeiras, espaço projetado para homenagear a colônia nipônica, possuindo uma réplica do templo budista da cidade de Kyoto, no Japão. Em 1967, seria inaugurada a fonte luminosa, na praça em frente à estação, uma construção que possui um estilo arquitetônico moderno e tem uma influência direta da construção da cidade de Brasília. Os três locais se enquadram com características distintas como “espaços verdes urbanos públicos”, atribuindo a esses locais os papéis de lazer e socialização que contribuem diretamente para a saúde e bem-estar da população.

Todavia, já nesse período existe um dado que podemos considerar alarmante, Garms (1977) indica que entre os anos de 1957 e 1968, houvera o encerramento das atividades de diversas serrarias locais. Esse processo teria ocorrido devido à inexistência das matas nativas próximas ou distantes do centro urbano. O desmatamento das vegetações nativas teria um aumento na década de 1980 com o início da produção de cana-de-açúcar incentivado por programas como: o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) e o Programa de Expansão da Canavilcultura para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo (PROCANA). No mapa abaixo (Mapa 1) elaborado por Dimitri S. Moreira (2011), podemos ter uma noção da ocupação do solo do município no ano de 1989.

Mapa 1: Ocupação do solo de Paraguaçu Paulista em 1989.



Fonte: MOREIRA, Dimitri S. (2011).

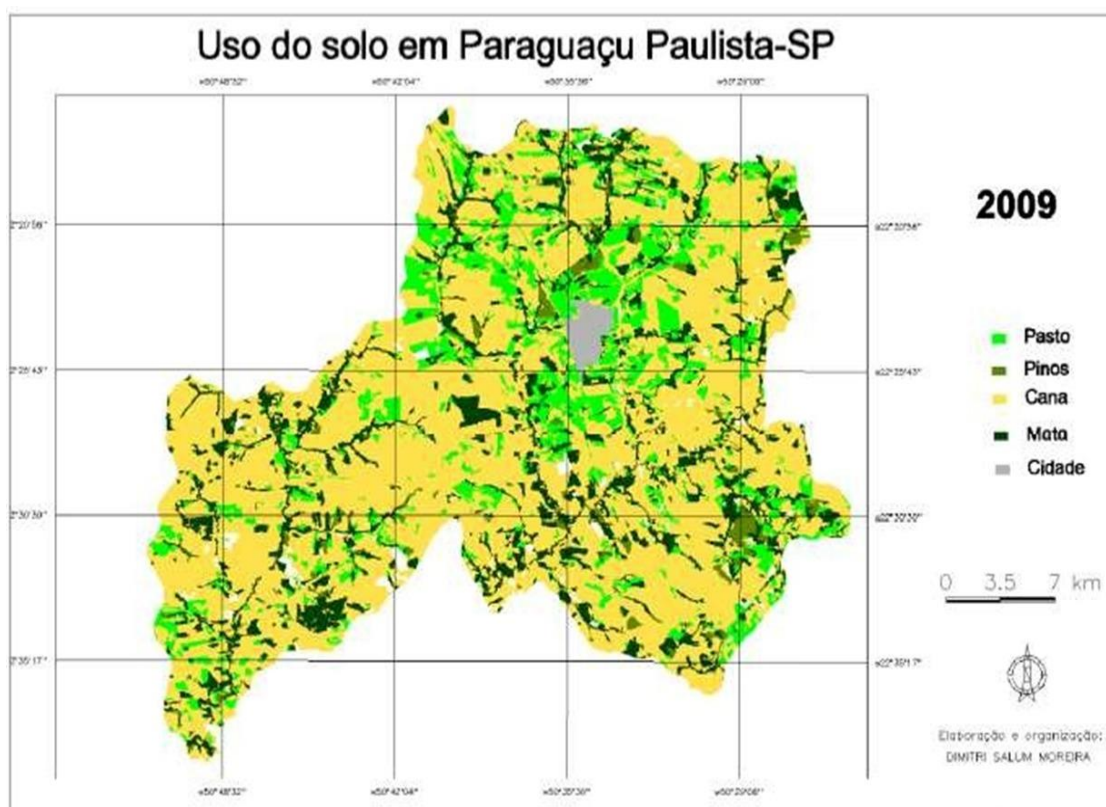
Podemos notar a existência de áreas de vegetação nativa, principalmente nas regiões limítrofes do território do município. Próximo à zona urbana, destaca-se a presença de pastos e alguns fragmentos de mata. Com o advento das plantações canavieiras, a malha urbana se expande novamente para receber o fluxo de trabalhadores das novas usinas.

No ano de 1997, o município adquiriu o título de “Estância Turística” pela Lei estadual n.º 9.496, sancionada pelo governador Mario Covas. Por meio desse, o município passou a receber recursos específicos destinados às Estâncias, pelo Fundo de Melhoria das Estâncias (FUMTUR). Esses repasses, assim como a política de Estâncias, têm o objetivo de incentivar o desenvolvimento do turismo no interior do Estado de São Paulo. Dessa forma, muitos espaços do município passam a ser considerados como “atrativos naturais”, em que se destacam muitas das áreas verdes locais. Dessa forma, o turismo também passa a mediar as interações da população com o meio ambiente.

O recebimento desse título altera a relação do poder municipal com o meio ambiente local e conseqüentemente da população, visto que são estabelecidos novos códigos e concelhos para lidar com o tema. Como, por exemplo: o Código

Ambiental² do município, promulgado em 1998, ano em que também é formado o CONDEMA³ (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente). Durante a primeira década de 2000, são realizadas alterações nos conselhos criados e nas leis a respeito do meio ambiente. Ainda assim, o mapa a seguir (Mapa 2) caracteriza uma ineficiência ou descompromisso da administração pública com a preservação do mesmo.

Mapa 2: Ocupação do solo de Paraguaçu Paulista em 2009



Fonte: MOREIRA, Dimitri S. (2011).

Por meio do mapa, podemos notar que a caracterização do meio ambiente local nessa primeira década é praticamente voltada para a exploração agropecuária: sejam áreas de pasto para a criação ou majoritariamente pela exploração da cana-de-açúcar. Em comparação com o primeiro mapa, nota-se

² O código ambiental é promulgado como a seguinte norma: PARAGUAÇU PAULISTA. **Lei complementar n.º 09 de, 10 de novembro de 1998.** Institui o código do meio ambiente de Paraguaçu Paulista. Paraguaçu Paulista: Câmara Municipal. 1998.

³ O conselho municipal é instituído de acordo com a seguinte norma: PARAGUAÇU PAULISTA. **Lei n.º 14 de, 08 de dezembro de 1998.** Institui o conselho municipal de defesa do meio ambiente – COMDEMA - e dá outras providências. Paraguaçu Paulista: Câmara Municipal. 1998.

uma diminuição significativa da vegetação nativa e um aumento das áreas destinadas à produção de cana.

Por meio do Plano Diretor de Turismo do Município (PDMT), documento promulgado no ano de 2018, fazendo parte das exigências para a manutenção do referido título de estância. Temos acesso aos locais considerados como “atrativos naturais” pela esfera governamental. Os locais são divididos em duas categorias: atrativos e potenciais atrativos. Se referindo à existência de infraestrutura para a recepção de fluxo turístico ou sua potencialidade para receber essa infraestrutura. São listados dezenove locais, sendo três listados como atrativos: o Poço das Termas, o Parque Aquático Benedito Benício - Grande Lago municipal e a Escola Ambiental. Os outros dezesseis locais se referem às quatorze cachoeiras localizadas no território do município, uma fenda natural e o horto florestal.

Nessa breve reconstituição da formação do município, percebe-se que em todas as ocasiões a vida urbana é diretamente afetada pela ocupação e pela produção da socrionatureza rural. Como nos lembra o historiador Gilmar Arruda (1999), as cidades do interior paulista podem ser consideradas como locais meio rurais e meio urbanos. Nesse sentido, podemos induzir que atualmente os espaços considerados como áreas verdes em Paraguaçu Paulista, além de possuírem a característica de serem espaços de lazer para a população, acabam mediando as interações entre o meio rural e urbano no cotidiano da cidade. Visto que sustentam fragmentos de um meio ambiente local construído historicamente por uma exploração agrícola. Ainda assim, ressalta-se na história recente do município o papel do turismo como um mediador dessa relação entre a sociedade e o meio ambiente local.

Considerações finais

Dada a breve reflexão aqui proposta, pudemos identificar algumas considerações pertinentes ao desenvolvimento de investigações no campo da História Ambiental Urbana. A primeira ponderação é referente à análise das Áreas Verdes como manifestações de uma socrionatureza local, no qual esses espaços são construídos historicamente e recebem suas atribuições em grande medida pela disputa de poderes existentes no planejamento urbano. Salienta-se

que essa disputa pode ser apreendida na materialidade da cidade, ao se observar as gestões desses espaços.

Ainda assim, foi possível conceber que as áreas verdes possuem alguns papéis “padronizados” em nossa sociedade como locais apropriados as atividades de lazer e socialização, assim como para a manutenção do equilíbrio ecológico da cidade, mesmo que exista uma dificuldade de padronização conceitual dos locais. Por meio do exposto, foi possível averiguar a formação desses papéis atribuídos nas áreas do município de Paraguaçu Paulista-SP. Ressalta-se que, no caso investigado, espaços também mediam as interações entre o meio rural e urbano no cotidiano da cidade. E que o turismo pode ser tido como um potencializador das atividades desenvolvidas nesses espaços.

Referências

Fontes

MORAIS, Osório Lemaire de. **O Contador de histórias**. Ed. Paraguaçu Paulista, 2005.

PARAGUAÇU PAULISTA. **Lei complementar n.º 232 de, 18 de setembro de 2018**. Institui e aprova o Plano Diretor Municipal de Turismo da Estância Turística de Paraguaçu Paulista (PDMT). Paraguaçu Paulista: Câmara Municipal. 2018

PARAGUAÇU PAULISTA. **Lei n.º 1.978 de, 15 de julho de 1997**. Dispõe sobre o código de arborização do município de Paraguaçu Paulista. Paraguaçu Paulista: Câmara Municipal. 1997.

SÃO PAULO. **Lei n.º 9.496 de, 05 de março de 1997**. Transforma em Estância Turística o Município de Paraguaçu Paulista. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 1997. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1997/lei-9496-05.03.1997.html>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2024.

Referências bibliográficas

ARRUDA, Gilmar. Cidades e sertões: O historiador entre a história e a memória. **Projeto História**, São Paulo, s.n, v. 19, 1999, 121-143.

CAMARGO, Frank Molano. La historia ambiental urbana: contexto de surgimiento y contribuciones para el análisis histórico de la ciudad. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, v. 43, n. 1, 2016, p. 375-402.

CAPILÉ, Bruno. Da Lama ao Bairro, do Bairro à Lama: A Transformação da Socionatureza Urbana do Manguezal de São Diogo, Rio de Janeiro (1840-1870). **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v.7, n.3, p. 21-42, 2018.

HORTA, Regina. À sombra dos fícus: cidade e natureza em Belo Horizonte. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. X, n. 2, 2007, p. 25-44.

GARMS, Armando. **Paraguaçu Paulista**: contribuição para o estudo de um centro local do Sudoeste Paulista. 1977. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1977.

LOBODA, Carlos R; ANGELIS, Bruno Luiz Domingues D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais**, Guarapuava, PR, v. 1, n.1, 2005, p. 125-139.

MORELI, Maria Sílvia M. Nórdia; MOREIRA, Maria de F. Salum. **Paraguaçu Paulista**: Da flecha ao avião. Paraguaçu Paulista: Departamento de Turismo e Cultura, 2019.

MOREIRA, Dimitri S. **O programa município verde no território de Paraguaçu Paulista/SP** – a estrutura ambiental e as matas ciliares. 2011. Dissertação mestrado (Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

RUBIRA, Felipe G. Definição e diferenciação dos conceitos de áreas verdes/espacos livres e degradação ambiental/impacto ambiental. **Caderno de Geografia**, v.26, n.45, 2016, p. 134-150.

SCHOTT, Dieter. Urban environmental history: what lessons are there to be learnt?. **Boreal Environmental research**, n. 9, s.v, 2004, p. 519-528.

SEDREZ, Lise. Natureza urbana na América Latina: cidades diversas e narrativas comuns. RCC Perspectives, n. 7, **Novas Histórias Ambientais da América Latina e do Caribe**, 2013, p. 59-66.

SILA, Clarinda A. da.; ALMEIDA, Maria G. de. Parques públicos em Goiânia: Paisagens de consumo e de representações sociais. **Fragmento de cultura**, Goiânia, v. 22, n. 3, 2012, p. 269-280.

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido. **A duração das cidades**: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Henri Acselrad (Orgs.). 2. Ed. Editora Lamparina: Rio de Janeiro, 2009, p. 99-120.

SWYNGEDOUW, Erik; HEYNEN, Nikolas C. Urban Political Ecology, Justice and the Politics of Scale. **Antipode**, Blackwell Publishing, UK, 2003, p. 888-918

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução de Joao Roberto Martins Filho. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Carlos Eduardo da Silveira Mazia

Atualmente participa do programa de mestrado em História na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), na linha de pesquisa - Política: ações e representações, no qual desenvolve uma investigação no campo de História Ambiental. Para execução da pesquisa conta com o apoio da CAPES. Membro do Laboratório de História e Meio Ambiente (LABHIMA) da Unesp do campus de Assis. Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), experiência na área de ensino por meio da participação nos programas PIBID e Residência Pedagógica, além de já ter atuado como professor da rede pública. Na área de pesquisa já realizou trabalhos que focavam nas relações sociais durante o período da América colonial.

Latts: <http://lattes.cnpq.br/7842363230078728>
